



**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL NA PRIMEIRA  
METADE DO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DE CORPUS  
METALINGUÍSTICO DE GRAMÁTICAS ESCOLARES<sup>1</sup>**

**PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN BRAZILIAN SCHOOLS  
IN THE FIRST HALF OF 20TH CENTURY: ORGANIZING A  
METALINGUISTIC CORPUS OF HIGH SCHOOL GRAMMARS**

*Afrânio Gonçalves Barbosa<sup>2</sup>*

*José Carlos Santos de Azeredo<sup>3</sup>*

**Resumo**

Este artigo pretende discutir questões e critérios em torno da formação de *corpora* gramaticais escolares para o estudo da normatização no ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX. Para tanto apresentamos uma sistematização de títulos de obras gramaticais assumidas no programa do Colégio Pedro II de 1856-1929 e de nomes de professores de língua portuguesa no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Trazemos, finalmente, considerações metodológicas sobre a pesquisa de campo em arquivos históricos para a identificação de obras dessa natureza.

**Palavras-chave:** *Corpora* histórico-linguísticos; Gramáticas escolares; Ensino de Língua Portuguesa no Brasil do século XX.

---

1 Este trabalho é resultado de parte da pesquisa desenvolvida durante Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: afraniogb@gmail.com.

3 Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: jc.azeredo@terra.com.br.

*Recebido em: 26/10/2018*

*Aceito em: 07/11/2018*



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

## Abstract

This article discusses issues and criteria concerning the formation of school grammar *corpora* for the study of the normatization of Portuguese language in Brazil in the first half of the 20th Century. To achieve our purpose, we present a systematization of titles of grammars adopted by Colégio Pedro II (1856-1929) and names of teachers of Portuguese working at Colégio Militar of Rio de Janeiro. Finally, we bring some methodological considerations on field research in historical archives for the identification of works of this nature.

**Keywords:** Historical linguistic *corpora*; Elementary and high school grammars; Teaching of Portuguese language in the 20th Century in Brasil.

## Considerações iniciais

Este artigo sintetiza parte de uma pesquisa mais ampla que busca identificar, dentre a realidade variada de situações de ensino da norma gramatical predicada pela escola, um núcleo comum de normatização promovida por gramáticos efetivamente estudados em colégios-modelo da cidade do Rio de Janeiro. Não se trata de historicizar o pensamento gramatical do período aqui recortado, objeto que incluiria descrições mais reflexivo-acadêmicas, mas, sim, de investigar aspectos da padronização descritivo-normativa referenciada na língua literária, que, obra a obra, ora pende para um viés mais descritivo que normativo, ora para outro mais normativo que descritivo. Tendências que se alternam nas gramáticas descritivo-normativas escolares desde o fim do século XIX, até a decretação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), em 1959. Aqui, mais especificamente, trabalhamos na identificação de um conjunto de gramáticos/gramáticas na então capital do país, o Rio de Janeiro, numa fase em que influenciou escolas em toda a nação. Com isso, visamos contribuir para a discussão de quais foram os tópicos gramaticais tornados regras prescritivas em cada uma dessas gramáticas a ponto de modelarem a produção escrita dos escolarizados como uma língua especial, não vernácula. A esse conjunto entra em co-atuação, para os mesmos escolarizados, a norma praticada em gêneros socialmente eleitos como referenciais de prestígio; os textos veiculados em jornais, por exemplo. Dessa forma, do ponto de vista da Linguística do *Corpus*, cria-se a possibilidade de investigar em sincronias passadas o comportamento de um determinado fenômeno linguístico contrapondo, por um lado, dados retirados de fontes mais cotidianas como *cartas pessoais* ou *diários*, e por outro lado, dados do mesmo fenômeno levantados nos referenciais padronizadores fixados na sociedade: a norma praticada em textos modelares e a norma predicada na escola. Uma *triangulação de corpora aventada* em Barbosa (2007) que delinea com mais detalhes a diacronia de usos linguísticos pesquisados na Linguística Histórica. Para tal, é necessário que se disponha de *corpora* dessas três naturezas. A etapa de pesquisa de que origina este texto se concentra, exatamente, nos primeiros passos em direção à construção de *corpora* de gramáticas escolares socialmente significativas, em cada sincronia passada, no sentido de ter sido um elemento efetivo na normatização escolar de segmentos sociais identificados pela pesquisa.

Além disso, em última instância, identificar um *corpus* gramatical pedagógico pode, também, ajudar a entender como cada gramático escolar aplicou uma dada *redução didática* do pensamento gramatical reflexivo-acadêmico de sua época. De fato, uma simplificação didática de conteúdos acadêmicos sempre teve, e terá, de ser realizada para os níveis elementar e secundarista nas escolas. No contexto aqui abordado, por exemplo, estudos histórico-comparativos feitos pela geração da virada do século XIX para o século XX (que muito provavelmente fizeram parte das leituras pessoais dos profissionais do ensino de Língua e Literatura das principais escolas-modelo do Rio de Janeiro) foram objeto de uma redução didática para ensinar norma de prestígio ao descrever estruturas de clássicos da Literatura. Estudar o componente descritivo-prescritivo da normatização escolar desde o fim do século XIX até a decretação da NGB é bem mais do que estudar o que *diz a gramática tradicional* para traçar um paralelo por vezes duvidoso entre o que trabalhos acadêmicos estabelecem entre dados de fala e normas gramaticais de livros escolares contemporâneos. Estudar esse componente é estudar um objeto da Sociolinguística Histórica. Retomemos alguns desses pontos ora levantados e busquemos entender elementos de sua propedêutica.

### **Enquadramento da questão do trabalho em que questões gerais da Pesquisa Histórico-linguística**

A investigação histórico-diacrônica de fenômenos linguísticos caracterizadores do português brasileiro avançou significativamente no Brasil desde a década de 1990 quando, na confluência de questões teórico-metodológicas de diferentes quadros da Linguística brasileira, tornou-se essencial voltar à pauta acadêmica a atenção para a construção de *corpora* textuais com rigor filológico. Pesquisadores gerativistas, funcionalistas, variacionistas, da análise do discurso encontravam na relativa escassez de materiais disponíveis um grande limitador do alcance sócio-histórico e gramatical de suas análises. Não por acaso, nos meados daquela década organizaram-se projetos em torno da construção de *corpora*. Nesse contexto, dentre outros, o projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) reuniu esforços e arregimentou equipes em universidades de vários estados visando estabelecer e editar uma grande massa de materiais impressos e manuscritos que hoje se encontra disponível a toda comunidade acadêmica.

Após uma década de significativos avanços na representatividade histórica e genético-textuais dos *corpora* editados, antigas questões se reapresentam à pauta do dia para a investigação histórica da língua dos textos escritos. Uma delas seria discernir que marcas e usos nos *corpora* seriam reflexos de *normas vernáculas* e que outras seriam reflexos de *normas cultas* da fala que se transpunham à barreira da escrita.<sup>4</sup> Nesse sentido, conjuntos de textos mais es-

---

4 Nesta sentença, *Norma* no sentido de *normalidade de variantes*, ou seja, nas frequências dos usos objetivamente quantificáveis que caracterizam grupos sociolinguísticos. Nesse sentido, as *normalidades* na fala que podem se sobrepor a tradições da escriptualidade e deixarem-se transparecer em textos escritos em sincronias passadas.

pontâneos de redatores identificados como de baixa ou mediana cultura escrita podem se tornar, especialmente se forem manuscritos autógrafos, *corpora* representativos de norma vernácula popular. Da mesma forma que, por outro lado, conjuntos de textos manuscritos autógrafos mais espontâneos de redatores identificados como cultos em sua época podem se tornar *corpora* representativos de norma culta. Contudo, a identificação da *norma culta* de uma fase histórica requer, ainda no campo da quantificação de usos normais, a investigação dos padrões praticados em conjuntos textuais que funcionavam como os verdadeiros referenciais modelares de escrita culta. É o caso, a partir do século XIX, no Brasil, dos gêneros textuais veiculados nos jornais. Se a norma culta objetivamente praticada nos manuscritos de cultos pode ter uma relação de contiguidade com a norma culta falada, a norma culta objetivamente praticada nos jornais tende a se distanciar mais da norma culta falada por conta de difundir estratégias linguísticas das tradições discursivas conservadoras. Seria, ao menos, um afastamento maior por conta do maior estado de vigília sobre o próprio discurso de quem escrevia para ser lido publicamente.

Note-se que não se trata de uma artificialidade tão claramente identificável como a que encontramos em linguagens de especialidades<sup>5</sup> técnicas ou de tradições discursivas estabilizadas em universos discursivos seculares, como o jurídico e o religioso. Nos séculos anteriores aos jornais, é preciso identificar, fase a fase da História Social da Escrita no Brasil, os conjuntos de textos que sócio-pragmaticamente funcionaram como referência para a abstração que se cria de língua *superior*, *correta*, de *qualidade* ou de *prestígio* e que, por sua vez, articula-se, de forma complementar, com as descrições gramaticais e regras de escrituração dos padrões oficiais gerados na prescrição escolar. Ao tratar da identificação da *norma culta* de uma sincronia passada, Barbosa (2007) já ilustrava, para o século XVIII, os mesmos três componentes articulados:

- 1) aquela (norma) descrita/prescrita nos textos metalinguísticos publicados em Portugal que circulavam pelos poucos espaços de cultura escrita no Brasil-colônia, ou pela mão dos que seguiam para os estudos na Europa: gramáticas, ortografias, cartilhas;
- 2) Os usos linguísticos nos textos modelares para a prática de escrita dos redatores hábeis, ou seja, identificando os textos-modelo para aquela sociedade;
- 3) Os usos linguísticos nos textos públicos e privados produzidos por indivíduos historicamente identificados como redatores com formação escolar ou eruditos em sua época.

E completava que “somente pela triangulação entre (1), (2) e (3) é que será possível ava-

---

5 Linguagens de especialidade seriam as diferentes linguagens técnicas a comunicação em áreas tecnológicas e científicas, como as estudadas em Brumme (2001). Nesse sentido, estudar jornais médicos dos oitocentos é conhecer todo um inventário linguístico constituinte de ordem textual distinta dos jornais e cartas pessoais coevas. Conhecer os signos de seus sistemas linguísticos é passo propedêutico para compreendê-los como dados não-vernáculos quando ocorrem nos jornais ou cartas pessoais de nossos *corpora gerais*.

liar a constituição do português brasileiro uma vez que os padrões de uso de ocorrências de um dado fenômeno linguístico, retirados de uma dessas três vertentes podem, ou não, coincidir com os padrões detectados em levantamento de dados de escrita cotidiana”. Em outras palavras, para que se possa discernir usos regulares em fontes escritas pessoais o que seria norma linguística mais espontânea é preciso discernir que usos são praticados na norma culta de redatores cultos e na norma prescrita por manuais escolares época a época. Sem isso, as conclusões de trabalhos em diacronia não poderiam ser estendidas à língua portuguesa vernácula (metonímia da escrita corrente). A tarefa, portanto, é descrever convergências e divergências entre as vertentes *norma culta predicada* (da prescrição gramatical escolar) e *norma culta praticada* por redatores reconhecidamente cultos em suas épocas.

Tendo cumprido projetos de construção de *corpora* de cartas pessoais dos séculos XVIII e XIX e de impressos jornalísticos do século XIX por mais de uma década, nossa pesquisa tem se voltado para a construção de *corpora* metalinguísticos dos séculos XIX e XX no Brasil. Em projetos de pesquisa desenvolvidos no cenário brasileiro, as normas *praticadas* foram contempladas pela organização de *corpora* específicos e análises de aspectos linguísticos e de epifenômenos.<sup>6</sup> Para avançar nessa compreensão, nossa pesquisa se debruça sobre o estudo da norma predicada na primeira metade século XX, mas que remonta ao período de formação escolar dos homens adultos ao início do século, ou seja, volta-se à norma escolar do último quartel do século XIX.

Importante dizer que, uma vez sistematizado o *corpus* de gramáticas, será possível o melhor cruzamento entre as normas predicadas e as normas praticadas em textos modelares ao longo do tempo. Saber seus pontos de contato e distinção.<sup>7</sup> Sob o controle promovido pelo viés de uma Linguística de *Corpus*, essa apreciação em conjunto de usos linguísticos mais artificializados paulatinamente adquiridos no processo de letramento. Esse cruzamento e essa apreciação dos dados escritos não vernáculos será a base, o referencial para a identificação de dados mais vernáculos em gêneros escritos mais cotidianos. Mapeando quais são os usos menos vernáculos, mais artificiais, de linguagem escrita especial, por exclusão, temos mais base para tratar como mais próximos do vernáculo os demais usos encontrados. Como se trata de instâncias concretas da norma, de usos de variantes linguísticas – portanto, viáveis à comparação quantitativa – essa parte do trabalho permite tratamento estatístico para estabelecer e confrontar padrões em transformação. No entanto, como essas mesmas instâncias concretas da *norma* interagem na formação da *norma* como uma abstração social<sup>8</sup>, essa abstração *norma culta* muda conforme muda a sociedade. Essa projeção social pode valorizar mais ou menos elementos autóctones ou

---

6 Ver *corpora* de textos-modelo disponibilizados em [www.lettras.ufrj.br/folhetim](http://www.lettras.ufrj.br/folhetim); ver *corpora* de redatores cultos publicados em Callou & Barbosa (2011); buscar na rede mundial de computadores por CORPORA PHPB para acessar diretamente ao que está disponibilizado em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>. Por fim, ver estudos sobre *corpora* em Barbosa (2007) e Barbosa (2009).

7 Para essa questão, ver Lima (2014).

8 Norma abstrata nos termos de Coseriu (1987).

lusitanos a cada momento de nossa história e se configura em objeto imaterial que se recupera, metodologicamente, por meio de um tratamento sociolinguístico sobre dados qualitativos, inferindo valores e abstrações do imaginário social a cada fase. Na prática, isso se faz com base em comentários avaliativos sobre usos linguísticos registrados na escrita em fontes pretéritas (numa carta pessoal colonial, numa charge caricata em jornal oitocentista, etc.). Chegar a esse ponto futuro da pesquisa metodológica depende de darmos os passos atuais na pesquisa de campo e bibliográfica para a identificação qualitativa de fontes. Com as obras gramaticais escolares, isso não é diferente.

### **Questões e metodologia do trabalho com corpora gramaticais.**

Os estudos de Gramaticologia em língua portuguesa têm se debruçado sobre as gramáticas em língua portuguesa desde Fernão de Oliveira (século XVI) para investigar, grosso modo dito, as concepções gramaticais vigentes época a época principalmente com foco nas reflexões linguísticas expressas ou inferidas no aporte descritivo de cada uma. No entanto, desde o princípio, sempre houve certa distinção entre caracteres mais reflexivos e pedagógicos separando as gramáticas da língua portuguesa. Assim, por exemplo, se olharmos para as duas primeiras gramáticas, percebemos o caráter mais descritivo-reflexivo em Fernão de Oliveira e o caráter mais prescritivo-pedagógico em João de Barros, especialmente nos esquemas paradigmáticos que usa à luz das gramáticas de ensino de latim a sua época, ou seja, com base numa metodologia estrutural para ensino de uma língua *estrangeira*. É o mesmo caráter mais pedagógico da Gramática de Reis Lobato (século XVIII), material oficialmente apresentado pelo rei de Portugal para ser usado no ensino da língua portuguesa só então regulamentado em alvará régio. Para além de gramáticas monumentais na história da gramaticologia portuguesa como essas três citadas, há uma certa lacuna em edições e estudos de metalinguagens gramaticais usadas no ensino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX, fase de relativo incremento na organização de um ensino público, ao menos em relação aos séculos anteriores. Ainda que, por um lado, tenham sido bem investigados os principais gramáticos referenciados por escolas de destaque na história brasileira, por outro, não há um conhecimento mais detalhado do conjunto de obras que, digamos, *fizeram história* da pedagogia gramatical no Brasil. Para o trabalho científico, é necessário não um conjunto formado aleatoriamente, mas um conjunto organizado como *corpus*, ou seja, não uma simples reunião de obras, mas um conjunto de obras separados em células por recortes externos, como o lugar social das obras e dos homens que as produziram.

Para começar a enfrentar essas questões, é preciso passar por todas as fases e problemas metodológicos que a construção de *corpora* envolve: estabelecer os critérios de seleção de materiais por representatividade social ou significância individual, proceder à pesquisa de campo em arquivos públicos e privados, levantar as fontes primárias, sistematizá-las conforme os critérios estabelecidos e sistematizar seu acesso em forma de catálogos ou edições conservadoras. Nossa proposta para a construção de *Corpus* metalinguístico postula discriminar células sob os

seguintes critérios externos ao texto:

### **O Lugar de Produção/distribuição e uso**

- país (Brasil – Portugal, etc.);
- região (Sudeste – Nordeste, etc.);
- contrapontos interurbanos (capitais versus províncias/interior/sertão, etc.);
- contrapontos intraurbanos (regiões administrativas).

### **A linha do tempo**

- linha neutra cronológica (século, década, etc.);
- linha motivada teoricamente (por nascimento/escolarização do autor/ evento histórico-social, etc.);
- época das edições.

### **A Difusão da obra**

- Maior/menor número de edições/editoras;
- Adotada em maior/menor número de escolas;
- Outras.

### **A Qualificação da obra**

- presença/ausência de comentários recebidos em jornais/revistas;
- Uso/não uso do nome da gramática/gramático como propagandas nas contracapas de gramáticas;
- Outras.

### **A Qualificação do local de adoção**

- Colégios modelares/gerais;
- Colégios públicos/privados comerciais/privados de assistência (fábricas, etc.);
- Colégios religiosos/de formação de religiosos;

- Ensino familiar/em escola;
- Outras.

### A Qualificação do Gramático

- Renomado/não renomado;
- Acadêmico/não acadêmico;
- Outras.

Formado conforme células comparativas como essas (ou outras), consoante as questões/objetivos de cada investigação, o *corpus* metalinguístico proporciona potencial controle do impacto sociolinguístico dos conteúdos das obras no ensino a cada sincronia passada focalizada. Esse é o caminho perseguido aqui. O ensino de gramáticas escolares no Rio de Janeiro na transição do século XIX ao XX requer um controle externo que articule segmentos sociais ou linhas de trabalho reconhecidos pelos homens de cada fase desse período. Isso se traduz por contrapor materiais usados em: escolas públicas, privadas laicas, privadas religiosas, militares, de formação técnica de normalistas, formação interna de ordens religiosas e do clero secular; estudo familiar, escolas para funcionários e filhos de funcionários em empresas de comércio ou em fábricas. Cada realidade dessas é uma célula comparativa para os estudos sobre ensino de língua na cidade. Para começar a empreitada, é preciso estabelecer recortes iniciais. No recorte *Lugar de produção/distribuição* e uso, a cidade do Rio de Janeiro, a capital do país, é a célula a ser comparada com *corpora* de outros lugares para se lhes buscarem convergências e especificidades com as gramáticas nela usadas. Em seguida, dentre os filões possíveis, discriminemos, colégios que se tornaram modelos para outros colégios na cidade e no país: *Colégio Pedro II* (CPII), *Colégio Militar do Rio de Janeiro* (CMRJ). Noutros trabalhos daremos conta, desse grupo, do *Instituto de Educação do Rio de Janeiro* (IERJ), que, além de referência para outras escolas normais, formou professoras primárias, que se espalharam por toda a cidade. Eram o primeiro, por vezes o único, contato de alunos com a norma culta.

É importante lembrar que muitos trabalhos em Gramaticologia e em Historiografia linguística têm trazido à luz, e analisado, obras gramaticais escolares desses colégios, na fase conhecida como *científica* da gramática escolar. A qualidade descritiva empreendida por nomes como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Said Ali, entre outros, é fato amplamente coberto em artigos, dissertações e teses. Trata-se de uma geração de gramáticos brasileiros da década de 1880, sem a formação em estudos linguísticos sistematizada nos bancos universitários – que só viria a existir no Brasil do século XX, na época de atuação de Mattoso Câmara Jr., mas, todos eles mestres em sintonia de leitura e produção com correntes linguísticas na virada do século XIX para o XX. De fato, grosso modo, os gramáticos que se tornaram referências para escolas em todo o Brasil do fim do século XIX até as décadas de 20 e 30 do século XX

eram *amplos* em seus acessos a quadros plurais. Formados em Humanidades, Direito ou até mesmo em Medicina, produziam, concomitantemente, livros escolares não somente em língua portuguesa, literatura nacional e portuguesa, mas também de alemão, inglês, francês, latim, história e geografia (corografia), dentre outros.

Observando o conteúdo de suas obras e os demais livros que co-atuavam na formação discente, podemos verificar claramente a exata noção que tinham dos objetivos escolares ligados ao ensino da norma culta referenciada nos clássicos da Literatura. Nisso estão alinhados à tradição gramatical anterior a eles, e que se lhes ultrapassa no tempo. Contudo, fica patente que não perdem de vista, ainda que de forma complementar, os níveis de abordagens reflexivos sobre a linguagem humana e, principalmente, o objetivo de instrumentalização do alunado, via análise sintática e léxica, para a leitura e compreensão de estruturas não vernáculas que encontrarão no contato com diferentes gêneros escritos. Aprender sintaxe era, pelo que inferimos de modo especial em materiais didáticos como as chamadas *lições* e exercícios em *seletas*, ao mesmo tempo 1) aprender modelos para falar e escrever no pragmatismo social de um intercurso universalizador, numa língua criada na arbitrariedade das escolhas dos gramáticos que não fosse a língua real de ninguém; e 2) aprender a ler, a decodificar estruturas estranhas a suas comunidades de fala, que encontravam nos textos literários de sincronias passadas. À semelhança do que ocorria em países europeus, como Espanha, França e Itália no início do século XX, a escola promovia a estabilidade e artificialidade de uma língua de Estado que oprimia a diversidade de vernáculos locais. Uma mesma ação programática sobre diferentes objetos: na Europa, uma das línguas românicas dentro de cada país era tomada por Língua de Estado e oprimia as outras (o castelhano em relação ao galego e catalão, por exemplo); no Brasil, a língua artificial da escola referenciada subjetivamente em usos literários oprimia as variedades regionais e sociais, exacerbando o preconceito linguístico atávico da gramática greco-latina. Contudo, havia também um efeito positivo no plano das *habilidades* para o corpo discente daquelas escolas públicas modelares do Rio de Janeiro: um eficiente letramento em gêneros textuais com estruturas linguísticas menos cotidianas. O efeito vem historicamente referendado por ex-alunos tanto ilustres, quanto ilustres desconhecidos.

Interessa saber o que exatamente era usado para além desses grandes mestres, e quem eram os atores desse ensino naquelas três escolas hoje seculares? Onde estão os materiais e de que informações dispomos sobre o conjunto do corpo docente década a década? Muito pouco sistematizado e mesmo desconhecido. Uma das razões para essa situação diz respeito a uma regra básica da pesquisa em arquivos: os materiais mais usados, que mais circularam para atividades cotidianas foram os mais deteriorados de mão em mão e, portanto, os que menos sobraram ao descarte. Por isso mesmo, são os mais difíceis de terem ficado salva-guardados nos arquivos históricos.

Nossa escolha por escolas centenárias no Rio de Janeiro esteve pautada, além do já dito, na expectativa de serem recuperados materiais de ensino de língua portuguesa dentro de um

maior intervalo de tempo em estabelecimentos de ensino com representatividade a um mesmo tempo local e nacional. Tendo sido o Rio de Janeiro a sede da corte colonial, a capital do Império e da República, a centralização de poder político e das instituições promotoras da cultura letrada sempre fora notória. Nesse sentido, desde o início de nossa pesquisa, CPII é tratado como uma célula em si do recorte *qualificação do local de adoção das gramáticas*, pois é o único colégio cujo programa se torna, no século XIX, a referência oficial e real para escolas laicas em todo o Brasil.

Tratando do ensino de História, Cardoso (2006) lembra, por exemplo, que o Liceu de D. Afonso, o primeiro Liceu no Rio Grande do Sul, em 1851, tinha seu “currículo escolar (...) fortemente influenciado pelo Colégio Pedro II e foi de suma importância para a articulação do estudo didático da História do Rio Grande do Sul.” (CARDOSO, 2006, p. 97-98). Há relatos como esses por todo o país desde o Império, até a República.

Dentro desse mesmo caráter modelador de práticas e de materiais de ensino, nossa pesquisa investiga o acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro não apenas pelos reflexos nacionais em outros colégios militares, mas também pelo contraponto de linha de ensino, ao menos em âmbito local carioca, que se estabelece com o Colégio Pedro II. Se por um lado o CPII voltasse às humanidades, o Colégio Militar traduziu em objetividade o caráter positivista dos oficiais do princípio da República, ainda que, antecipando nossos resultados, tenhamos observado a promoção de estudos literários e de sua difusão nas revistas internas que fundaram. Temos, assim, o caráter contrastivo qualitativo de significância social, conforme os princípios aqui elencados para a constituição de *corpora*.

Após de longa fase de trabalho de campo em acervos históricos variados na cidade do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional e Real Gabinete Português de Leitura, foram visitadas as próprias escolas centenárias. Procedemos, então, à tarefa de levantar gramáticas escolares do CPII e CMRJ como etapa numa etapa-piloto de reconhecimento dos espaços internos onde poderia haver materiais catalogados e não catalogados. Nesse sentido, primeiro cumprimos cronograma de trabalho voltado ao mapeamento de registros de obras usadas, para, depois, levantar os livros existentes em cada local e, por fim, avaliar o conteúdo das obras. Ainda que fundamental para entender a difusão da normatividade nas escolas cariocas, por uma questão de critério, a pesquisa sobre as obras usadas numa terceira escola centenária carioca, o Instituto de Educação, a escola de normalistas da cidade do Rio de Janeiro, ficou para uma segunda fase de investigação.

O trabalho desenvolvido para se chegar a este artigo, em termos mais simples, pode ser descrito em dois grandes blocos de atuação: o do trabalho de campo em instituições públicas e a análise do material encontrado. No primeiro bloco, procedeu-se ao levantamento de referências históricas e à subsequente localização das fontes primárias *in loco*. No segundo bloco de atuação, foram examinadas as informações recolhidas de modo a se entender a real situação em

cada lugar e, assim, definir qual o avanço possível dentro dos objetivos gerais de trabalho. E, em relação a essas escolas, eram bem diferentes. Por um lado, no CPII, foi possível chegar-se a um catálogo-localizador de gramáticas apontadas nos programas do Colégio Pedro II desde meados do século XIX, até a década de 20 do século XX. Por outro lado, no Colégio Militar, onde imensa parte do acervo histórico de sua biblioteca foi se esvaindo década a década, foi possível chegar-se a uma lista dos professores do colégio desde sua fundação, em 1889, até a década de 50 do século XX.

Vejam o passo a passo de nossa investida nos arquivos. A experiência aqui realizada sempre pode vir a ajudar novas pesquisas com tema similar a otimizarem o tempo nos arquivos, superando problemas já aqui apontados. Mais que isso, o passo a passo na análise de algumas informações levantadas na próxima seção procura elucidar aspectos do tratamento metodológico proposto para abordar com a qualidade de *corpus* as obras gramaticais escolares de um dado período.

### **Resultado do trabalho de campo nos Arquivos: CP II.**

No Colégio Pedro II, a pesquisa cobriu o Núcleo de Documentação (NUDOM), seção que, desde a década de 90 do século XX, reúne, restaura, cataloga e estuda documentação escrita e icônica de todos os aspectos da história do Colégio. Sediado, àquela altura, na Unidade Centro do Colégio Pedro II, o NUDOM abre seus catálogos e acervo à pesquisa acadêmica, bem como auxilia os pesquisadores na busca de seus materiais. Esse foi o caso quando necessitamos de um levantamento de títulos em seção não catalogada e de acesso restrito aos bibliotecários da escola: a preciosa Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II. Também por orientação dos profissionais do NUDOM, conhecemos importante edição dos Programas de todas as disciplinas do CPII, que cobria desde sua fundação até 1950. Estava ali nosso *mapa da mina*, uma trilha privilegiada para recortarmos materiais de ensino de Língua Portuguesa e passarmos a escavar nas fichas do NUDOM e dos demais acervos oficiais do Rio de Janeiro. Na *introdução* dessa edição, já podemos confirmar a razão sócio-histórica primeira de nossa escolha de iniciar nossa investigação pelo CPII:

Dentre os programas da coletânea, quinze deles foram elaborados para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Os outros três foram expedidos pelo Ministério da Educação para serem implementados em nível nacional. Muito embora a maioria dos programas tenha sido desenvolvida para o Colégio de Pedro II, pode-se afirmar que representam, em certa medida, os programas do ensino secundário oficial, tendo-se em vista que o referido Colégio era considerado modelo para os outros estabelecimentos secundários do país (VECHIA; LORENZ, 1998, p. vii).

Em diversas documentações de época, esse caráter de modelar se confirma especialmente no plano nacional. Isso desde o início. Vechia & Lorenz (1998) destacam:

Por ocasião da inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, em 25 de março de 1838, o então ministro da Justiça e Interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, em seu discurso, explicitou que o novo Colégio serviria de padrão aos demais do gênero. Consequentemente, era o foco de atenção das autoridades educacionais do poder central. (VECHIA; LORENZ, 1998, p. vii)

Quem trabalha em arquivos históricos sabe dimensionar a importância dos catálogos bem organizados. O trabalho inteligente e erudito de quem compreende a significância histórica dos materiais a selecionar para a catalogação é o que define se os pesquisadores futuros do acervo ficaram dias ou anos até pôr as mãos nos documentos sonhados. Quando a elaboração de um catálogo exige a leitura de manuscritos de séculos pretéritos, o que é, de fato, exigido é uma formação paleográfica de seus autores. O catálogo à disposição ali fácil na mesa dos arquivos esconde muita dedicação, formação, erudição, método e inteligência de quem o concebeu e produziu. Sem a eficiente seleção e descrição de conteúdo documental, tudo teria de começar da estaca zero. A obra *Programa de Ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951* (VECHIA; LORENZ, 1998) é tudo isso e muito mais. Fazendo as vezes de um catálogo, é uma edição bem cuidada dos programas de ensino Colégio Pedro II; manuscritos guardados no Núcleo de Documentação Pedro II, Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Nessa obra monumental, são encontrados os conteúdos programáticos de todas as disciplinas, a cada mudança oficial dos programas na escola, bem como, na maioria dos casos, a indicação dos livros didáticos indicados para cada série de ensino, desde 1850 até 1951. Um tesouro para os pesquisadores ocupados com fontes primárias sobre o ensino no Brasil. Para nós, a oportunidade de recortar as informações sobre obras gramaticais e reorganizá-las com as localizações das mesmas obras em arquivos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Um painel organizado pronto a funcionar como um guia de um potencial *corpus* metalinguístico da formação da gramática tradicional escolar brasileira, a base para as décadas a partir do Estado Novo e anterior à *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB).

Conforme edição de Vechia & Lorenz (1998), no primeiro programa de ensino do *Colégio Imperial de Pedro II*, de 1850, não há indicação de obra gramatical de língua portuguesa, apenas conteúdos programáticos das disciplinas. Contudo, nele, em relação ao primeiro ano letivo, consta a cobrança de conhecimento de *Grammatica Nacional* focado praticamente aos *quadros verbais*. Na verdade, além do de 1850, em outros programas também não há indicação de livros escolares, nem de gramáticas de língua portuguesa. São eles: 1878, 1912, 1915, 1931, 1942, 1943 e 1951. Neles só se encontram os conteúdos a serem ensinados. Não é arriscado supor, como é praxe nas escolas até hoje, que se não há indicação de livros didáticos em um novo programa, deviam estar valendo os do programa anterior, apesar de encontrarmos também, nos três primeiros programas, a estratégia de simplesmente repetir *gramática nacional*.

A primeira gramática indicada aparece no segundo programa, em 1856, e é repetida nos programas de 1858 e de 1862. Trata-se da *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Cyrillo Di-

lermando, 12 anos depois de fundada a escola, em 25 de março de 1838.

Evidente que já se aprendia gramática portuguesa nas escolas antes disso. A cobrança dos quadros verbais em gramática *nacional* no programa anterior deixa isso claro. Em 1852, sob o rótulo *Linguas*, encontram-se referências ao estudo gramatical de francês e latim. O ensino gramatical, na escola, mantém essa ambiência múltipla até o último programa de ensino transcrito. Aos alunos, as mesmas categorias descritivas da tradição greco-latina serviam para mais de um sistema linguístico. Essa potencialidade comparativa de estruturas diferentes sempre colabora para uma maior habilidade em perceber propriedades mais gerais ou mais particulares de cada uma dessas línguas.

Antes de 1856, é bem provável que os professores de português do CPII usassem as gramáticas que quisessem, assim como lançassem mão da cópia direta do quadro negro (ou do ditado) de trechos de diferentes gramáticas. Uma verdadeira continuidade do que era feito desde o século XVIII. Pode ser, também, que, nesse contexto, usassem gramáticas lusas, como a de Reis Lobato, ainda reeditada à época. Mas o fato aqui mais importante não é saber se as gramáticas foram usadas no CPII, nem se só figuram nos programas, mas sim saber **que gramáticas** receberam a chancela oficial do CPII, e, por isso, viraram referência. Esse é o peso que recai sobre a indicação da mais antiga lá incluída, a gramática de Cyrillo Dilermando, e para todas a partir de então. Peso para o bem, peso para o mal. Se com a propaganda de ser uma obra adotada no CPII um livro didático não lograsse sucesso no restante das escolas, é sinal algo estava errado: o material não era bom, seu autor era perseguido, ou qualquer fator a ser explicado pela pesquisa histórica.

A indicação de uma gramática nos programas de ensino do CPII não exclui a possibilidade de outros materiais terem sido utilizados na instituição, mas são, pela indicação em si, um dado de destaque dentre outras obras gramaticais à época. Observando as indicações, tanto na linha do tempo, quanto dentro de um determinado ano, muitas inferências podem ser feitas. Uma delas diz respeito ao fato de quase todos serem professores da casa. É um grupo seleto e qualificado conforme o perfil de erudição a cada época. No contraponto, aqueles autores de gramáticas indicadas, mas que não faziam parte do CPII, também revelam uma significância especial: superaram uma forte tendência corporativa. É sinal de que suas obras obtiveram algum tipo de sucesso de público ou de crítica à época. De fato, pouquíssimos autores das gramáticas escolares ou de obras gramaticais complementares, também indicadas nos programas de ensino, não foram professores no CPII.

A leitura das obras levantadas no NUDOM, algumas dela já bem estudadas por vários colegas da gramaticologia, sempre pode trazer à luz novas informações. Esse foi o caso de percebermos que o registro de uma obra gramatical de João Ribeiro ter reunido três gramáticas em uma só ficha. Mais que isso, descobrimos que, além de suas duas obras gramaticais mencionadas nos Programas do CPII, onde lecionou, a *Grammatica do Curso Superior e a Grammatica*

do *Curso Médio*, havia também a *Grammatica do Curso Primário*, todas reencadernadas em um só volume. Se as duas primeiras entram em nosso *corpus* metalinguístico para recuperação da norma predicada na escola referência para todo o país, a comparação temática entre as três é excelente caminho de observação do que se chama *redução didática* da descrição linguística para o ensino escolar. Quando observamos autores como João Ribeiro, em seus estudos mais descritivo-linguísticos à luz do que conheciam da Europa à época, virada do século XIX ao XX, e comparamos a gradação posta para cada ponto gramatical de suas gramáticas descritivo-normatizadoras Superior para a Média e chegando à Primária, vemos como se pratica a simplificação consciente da descrição da língua escrita, em geral literária, não vernácula aos alunos, por questões didáticas e não por confusão entre descrição da língua e descrição da referência da língua padrão. Essa didática de uma língua não vernácula, quando observada na *grammatica* do Curso Primário, é quase uma didática de língua estrangeira. O capítulo das preposições é exemplar: as relações descritas no uso das preposições são acompanhadas de desenhos, estampas com cenas de uso. São vários os aspectos a serem explorados a partir da lista de gramáticas a que chegamos.

Encontramos autores como o do livro *O nosso Idioma, do Cathedratico do Gymnasio de Campinas* (SP), Othoniel Motta, usado basicamente para fornecer um inventário topicalizado que seguia as subcategorias de classes de palavras e as da formação de palavras. Ele contrapõe formas latinas e formas portuguesas em suas mudanças fonéticas e morfológicas e aplica esse apanhado geral de nomes e verbos numa seleta de textos clássicos e na seção subsequente *Commentarios*. Trata-se de uma instrumentalização de conteúdos aplicados a textos dentro da mesma obra. Sempre havia esse tipo de material coadjuvante às gramáticas que, via de regra, nesse ponto do tempo, não contavam com seletas. Podemos ver, avaliando outra obra do mesmo autor não incluída no CPII, que esse homem não poderia querer *decoreba* do tal inventário topicalizado de *O nosso Idioma*. Isso porque, longe de ser um gramático desconhecedor das tendências da Linguística, afirma, na *introdução* que abre outra obra de sua autoria, também publicada Campinas, onde lecionava, ter conhecido nos E.U.A. e na Suíça a descrição em *diagramas* das estruturas sintáticas. Método que não logrou sucesso no ensino médio, mas o distinguiu na visão dos professores de maior renome coevos e posteriores. Apesar de bem conhecido pelos especialistas em gramaticologia, o trabalho descritivo em diagramas sintáticos de Othoniel Motta ainda foi pouco explorado.<sup>9</sup>

O estudo detido desses e de outros nomes gramáticos que excepcionalmente não lecionavam no CPII esperam maior avanço. O que, no âmbito desta etapa de trabalho, já se nos revela é serem exemplos metonímicos das tendências pendulares ora mais descritivas, ora mais normativas nas gramáticas tradicionais escolares. Ainda que sempre promotoras de um padrão culto letrado, as gramáticas do CPII, em nossos dados, grosso modo de 1880 a 1920, pendiam mais

<sup>9</sup> Exceção feita a Xavier (2012).

para a descrição instrumentalizadora para o acesso progressivo do alunado às estruturas não vernáculas dos textos literários. O ponto máximo dessa instrumentalização era alcançado nas gramáticas dos últimos anos, as chamadas de *Curso Superior*. Nelas eram estudadas a história da língua portuguesa, entre outras coisas, por categorias de mudanças fonéticas e pela explicação de estruturas medievais encontradas nas cantigas lidas pelos alunos nas seletas. Fora do CPII, as duas tendências se consolidavam em diferentes publicações no mercado triangulado entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Ora mais expositivas (descritivas) ora mais normativas, as obras gramaticais escolares atendiam a práticas escolares que parecem terem se concentrado mais no caráter normativo a partir da década de 30, quando, conforme a impressão que nossos dados preliminares sugerem, o número de obras promotoras de regras de tipo *certo e errado* cresceu em relação às gramáticas descritivo-normativas escolares. O reflexo disso no CPII ainda merece ser verificado, mas, ao que parece, o tratamento descritivo e, por hipótese nossa, de aplicação à decodificação de estruturas não vernáculas sempre prevaleceu. Um tratamento descritivo usado para difundir modelos de escrita culta para o uso escrito e falado de seus alunos, é verdade, mas um tratamento descritivo de melhor qualidade que as simples regras de bom uso. Não por acaso, o título de Bacharel em Humanidades do CPII valeu, por algum tempo, para ingresso direto, sem provas de concurso, na Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro. Tratava-se de um perfil social claramente tornado alvo para os egressos da escola, fossem de origem social abastada, fossem de uma classe média urbana em ascensão no Rio de Janeiro. Os materiais gramaticais refletem esse encaminhamento para as humanidades, mais ou menos no sentido do que denominamos, hoje, área de Humanas no Ensino.

Em relação ao Colégio Pedro II, a disposição das obras em um painel temporal alinha nomes de gramáticos conhecidos e estudados por especialistas em gramaticologia. Uns mais, outros menos. Mas não é, até onde sabemos, uma sistematização já disponibilizada como *corpus* de obras metalinguísticas, e muito menos vulgarizada, na historiografia linguística. Podemos desde já, contudo, disponibilizar um painel sumário com as obras nomeadas na edição dos programas de Vechia & Lorenz (1998), que serviu de base para a análise de Gonçalves (2007), que alinha as gramáticas do Colégio Pedro II entre 1882 e 1912, período um pouco mais curto que o daqui, para uma abordagem do reflexo das ideias humanísticas e cientificistas nos conteúdos dos programas. Já cobrindo um período maior que o nosso, Razzini (2010, p. 51) apresenta algumas diferenças em relação ao material editado por Vechia & Lorenz (1998). Por exemplo, indica a gramática de Caldas Aulete como adotada de 1870 a 1876, o que não confere com a edição dos Programas com que trabalhamos, e, por outro lado, não menciona os *Elementos da grammatica portugueza* de Felisberto de Carvalho. É preciso, ainda, conferir as fontes usadas pela autora. De qualquer modo, o foco de abordagem desse excelente artigo não era dar uma visão de conjunto das obras gramaticais para a construção de *corpora* contrastivos.

À guisa de contribuição acadêmica, em seguida, disponibilizamos informações sobre os

títulos de capa, anos e séries em que foram incluídas no programa oficial da escola, suas edições e autores. Uma lista sumária, mas também uma facilitadora de suma importância aos pesquisadores debruçados sobre nossas mesmas questões.

### 1856

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

### 1858

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

### 1862

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

### 1877

- Grammatica Portuguesa, de Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Grammatica, de Theophilo Braga.

### 1882

- Grammatica Portuguesa, de Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Grammatica Portuguesa, de Julio Ribeiro.

### 1892

- Grammatica de João Ribeiro, curso médio.
- Grammatica de João Ribeiro, curso superior.
- Lições de Grammatica Portuguesa, João Ribeiro.
- Grammatica analytica por Maximino de Araujo Maciel.
- Noções de grammatica portugueza, por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade.
- Estudinhos da lingua patria, por A. da Silva Tulio.

### 1893

- Grammatica portugueza de João Ribeiro (Curso Médio).
- Grammatica de João Ribeiro (curso superior).
- Noções de grammatica portugueza, por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade.
- Grammatica analytica, por Maximino de Araujo Maciel.
- Estudinhos da lingua patria, por A. da Silva Tulio.

### **1895**

- Alfredo Gomes: Grammatica (5ª edição).
- Pacheco Junior e Lameira de Andrade: Noções de grammatica portugueza (2ª edição).

### **1898**

- Elementos da grammatica portugueza, por Felisberto de Carvalho, (14ª edição) e Exercícios de lingua portugueza, correspondentes à Grammatica elementar, (4ª edição) pelo mesmo autor.
- Grammatica Portugueza, pelo Dr. Alfredo Gomes, 7ª edição.
- Grammatica Portugueza, por M. Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (2ª edição).

### **1926**

- Antenor Nascentes. Analyse grammatical e logica. O idioma nacional.
- 1º Volume.
- José Oiticica. Manual de analiyse.
- Othelo Reis: verbos.
- Said Ali – Grammatica elementar.
- Said Ali: Grammatica secundária da língua portuguesa
- Othoniel Motta – O meu idioma
- Julio Nogueira – O exame de Portuguez.

### **1929**

- Antenor Nascentes. Analyse grammatical e logica.

- O idioma nacional. – 1º Volume.
- José Oiticica. Manual de analyse.
- Othelo Reis: verbos.<sup>10</sup>
- Guia para algumas dificuldades de analyse lexica. Textos para corrigir.<sup>11</sup>
- Said Ali – Grammatica elementar.
- Maximino Maciel – Lições elementares de língua portugueza.
- Said Ali. Grammatica secundaria da lingua portugueza.
- Antenor Nascentes. O idioma nacional – 2º volume.
- Antenor Nascentes – O Idioma Nacional – 3ª volume.
- Othoniel Motta – o meu idioma.
- Julio Nogueira – O exame de portuguez.
- Antenor Nascentes – O Idioma Nacional – Vol. IV.
- Said Ali – Lexiologia do portuguez historico.

Uma questão que emerge dessa lista seria saber quais dentre esses autores eram professores do CPII? E qual o perfil de quem não era? Observem-se os autores e informações até aqui encontrados:

- Cyrillo Dilermando.
- Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Theophilo Braga.
- Julio Ribeiro (Professor do Colégio Pedro II).
- João Ribeiro (Professor do Colégio Pedro II).
- Maximino de Araújo Maciel (Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro).
- Manuel Pacheco da Silva Junior (1843-1899)<sup>12</sup> – Professor do Colégio Pedro II e do Gymnasio Nacional do Rio de Janeiro.

10 Trata-se da obra *Breviário da Conjugação dos verbos da língua portuguesa*, de Othelo de Souza Reis.

11 Trata-se das obras *Guia para algumas dificuldades de analyse lexica e Textos para Corrigir* de Othelo de Souza Reis.

12 Em alguns registros o nascimento é indicado em 1842.

- Boaventura Plácido Lameira de Andrade ( - 1897)<sup>13</sup> – Professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, Prof. Substituto do Colégio Pedro II.
- Alfredo Gomes – Professor do Colégio Pedro II / Escola Normal / Colégio Militar / Colégio Abílio / Liceu Literário Português de Artes e Ofícios, Ginásio Mineiro.<sup>14</sup>
- Felisberto de Carvalho (Formado em Niterói, RJ, atuação em São Paulo).
- Antenor Vera Nascentes (1886-1972) – Professor Colégio Pedro II, de espanhol.
- José Rodrigues Leite e Oiticica – Professor do Colégio Pedro II (1882-1957).
- Manuel Said Ali (1861-1953) – Professor do Colégio Pedro II, de alemão, francês, inglês e geografia.
- Fr. Francisco de S. Luiz (*Synonimos*).
- A. da Silva Tulio (*Estudinhos*).<sup>15</sup>
- Othelo de Souza Reis (1890-1948) – Professor do Colégio Pedro II e Escola Normal (1890-1948). (*Conjugação de verbos; Guia para algumas dificuldades de analyse lexica e Textos para corrigir*).
- Othoniel Motta (*o meu idioma*).
- Julio Nogueira (*exames*).

Interessante foi não só confirmar que grande parte dos autores eram professores da escola, mas principalmente observar, à parte, que as gramáticas e autores de fora da casa são um filão interessante. É bem provável que tenham sido nomes que revelam alguma significância à sua época, seja pela obra escolhida, seja por outras obras lançadas. Vale investigar sistematicamente esse grupo de gramáticos para se entender o porquê de furarem a primazia do grupo da casa. Nesse sentido, destaquemos somente o caso de Felisberto de Carvalho.

Felisberto de Carvalho, formado na Escola Normal de Niterói, no último quartel do século XIX, atuou como professor em São Paulo capital e produziu coleção didática de ensino de língua muito difundida por anos (cinco volumes do *Livro de Leitura*). Era um sucesso editorial. No entanto, o que foi incluído no programado CPII em 1898 foi sua gramática escolar, e respectivo volume de exercícios. Interessante é o caráter mais objetivo, menos descritivo, de sua bem sintética gramática que, assumidamente, procurava evitar discussões terminológicas e reduzia a descrição ao máximo em função de dar aos alunos um quadro direto de regras de prescrição.

---

13 Data da morte calculada pela informação de que seu filho, que nascera em 1880, perdera o pai aos 17 anos.

14 Locais de trabalho indicados, nessa ordem, no subtítulo da 15ª edição de sua *Grammatica Portugueza* (1913).

15 Trata-se do *Estudinhos da lingua patria*, que aparece nos programas de 1892 e de 1893.

Era um caráter de exceção em relação a outras obras no CPII, que provavelmente servia de complemento às demais obras no mesmo programa. Vale destacar que nessa obra de Felisberto de Carvalho consta, salvo erro, a mais antiga referência direta à regra de somente serem usados pronomes oblíquos em complemento direto de verbos.

### **Resultado do trabalho de campo nos Arquivos: CMRJ.**

Paralelamente ao trabalho no NUDOM, investimos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, que, até onde percebemos, teve influência nacional circunscrita ao ambiente militar, mas, em termos de Rio de Janeiro, foi um modelo de ensino significativo e modelador do caráter programático de várias escolas por toda a cidade.

O trabalho de campo no Colégio Militar seguiu um compasso consoante à estrutura da Instituição: acessos preliminares para o reconhecimento dos espaços dos acervos históricos e de seus conteúdos que potencialmente serviriam à pesquisa. Somente depois, ciente de onde e com que materiais trabalharia é que seria possível solicitar permissão ao Comandante do Colégio acesso direto às fontes primárias, etapa necessária a acervos em instituições concebidas centralmente na estruturação hierárquica, como é o caso das militares e religiosas. Dessa forma, na fase inicial, o acesso ao Espaço Cultural Conselheiro Thomaz Coelho permitiu constatar não haver acervo organizado, nem mesmo acondicionamento, sequer sistemático, de qualquer material didático usado na escola desde 1889. Para além de algumas poucas provas de língua portuguesa guardadas no Espaço Cultural da escola, não há qualquer outra fonte primária que testemunhe a prática escolar com o ensino de língua na escola. Cumprida essa etapa de levantamento material *in loco*, ficou claro que o CMRJ seria o espaço de recuperação indireta de obras gramaticais, ou seja, seria o lugar onde tentaríamos chegar a referências nominiais dos materiais usados, chegar a uma lista de obras para depois partirmos para uma busca fora da escola, em acervos públicos e privados.

Essa pesquisa biobibliográfica é lenta, posto que se realiza por cruzamento de informações sobre professores, registros de compra de materiais, anotações de alunos, enfim, toda pista que pudesse ser cruzada com um título gramatical coevo. Assim, por exemplo, se chegássemos ao nome de todos os Professores de Língua Portuguesa do Colégio, poderíamos cruzar informação sobre suas autorias de livros didáticos. Sabendo que um professor tinha sido gramático, teríamos novo fato a ser cruzado com comentários de alunos nas revistas internas que eles mesmos escreviam. A troca de informações com profissionais da própria escola, como é praxe na saudável interação entre pesquisadores e funcionários de instituições do patrimônio histórico, permitiu definir onde e o que procurar. Foi possível investigar exaustivamente os registros da *Ordem do Dia* da escola desde sua fundação, em manuscritos originais a partir de 1899 e impressos do Boletim do Exército do início do século XX, de modo a tentar recuperar a lista dos professores de língua portuguesa da escola. A lista dos primeiros professores está disponível no

Espaço Cultural da escola, mas a partir dela não se sabe muito bem quem fez o que no rodízio de funções.

Interessante que o conhecimento já produzido sobre esse assunto, mas pouco difundido, dá conta de duas situações exemplares do que queremos controlar. Um professor do CMRJ, Alfredo Gomes, foi autor de gramática escolar adotada na própria escola, no CPPII e no IERJ, lugares onde também lecionou. Já outro professor do CMRJ, Hemetério José dos Santos, apesar de igualmente autor de gramática escolar, pôde usá-la com *ressalvas* no CMRJ, conforme palavras de Costa Cunha (2011):

Diante da ausência dos professores da disciplina no secundário, os irmãos Fausto e Alexandre Barreto, a discussão foi adiada, e na sessão seguinte, pela defesa categórica que estes fizeram do ensino de Português praticado no secundário, fica evidente a disputa entre os professores dessa cadeira, e tal encaminhamento foi rejeitado pelo corpo docente. Esta querela já havia se manifestado anteriormente, quando da apreciação pelo Conselho, da “Gramática” de Hemetério, no intuito de ela ser adotada no curso preliminar. Enquanto Alexandre Barreto fez severas críticas à obra, acusada de ter erros gravíssimos, além de trechos copiados de outros gramáticos, Fausto Barreto corroborou que ela será “antes um veneno para o cérebro infantil dos jovens alunos do Colégio Militar”, não recomendando sua adoção. No entanto, a despeito da polêmica suscitada entre os professores, a obra foi adotada, com ressalvas (COSTA E CUNHA, 2011, p. 6).

Esta obra didática, motivada por sua fama de competência entre os próprios alunos e por sua condição de professor do CMRJ, circulou em edições que se renovavam no Rio de Janeiro. Um professor negro que, desde o fim do século XIX, impunha-se, possivelmente até em parte pela representatividade que o CMRJ tinha na sociedade carioca, mas, na verdade, por sua erudição e competência docente. E isso numa realidade brasileira extremamente discriminatória. Foram dois professores autores cujas obras gramaticais participam de *corpora* contrastivos distintos: a de Alfredo Gomes do *corpus* de gramáticas escolares do CPPII, do *corpus* de gramáticas escolares do CMRJ; e a de Hemetério José dos Santos faz parte do *corpus* de gramáticas usadas por colégios particulares no Rio de Janeiro, materiais referendados, principalmente, pelo cruzamento de informações com as propagandas das editoras à época, que anunciam toda sorte de material: de Said Ali a professores de fora do círculo ótimo das escolas públicas CPPII/CMRJ/IERJ. É o que vemos, dentre outros exemplos, na propaganda encontrada, na contracapa do livro *O Nosso Idioma* (1917), de Othoniel Motta, publicado por Weiszflog Irmãos no Rio de Janeiro e em São Paulo: logo depois do anúncio no prelo das gramáticas elementar e superior de Said Ali, figura o título *Português Prático* de Marques da Cruz.

Desde nomes já estudados como esses, até cobrir o máximo possível nomes listados mas ainda intocados, como o do Ten. Nelson de Vasconcelos Almeida, professor de Português, da primeira leva de mestres da escola, que, até onde apuramos, não produziu obra gramatical, mas lecionou também na Escola Naval e foi Deputado Federal por anos. Essa recuperação biográfica

dos professores é fruto colateral de nosso cruzamento de informações sobre materiais didáticos, mas tem significância para a recuperação da representatividade social do que significava usar um material do Colégio Militar, onde trabalhavam e transitavam figuras do círculo do poder. É dado externo que qualifica, que contextualiza sócio-historicamente os *corpora* metalinguísticos que buscamos organizar.

A pesquisa de campo no CMRJ forneceu preciosas informações sobre os boletins internos e as fichas de alunos. Fotografados e lidos alguns manuscritos originais de 1899 a 1920, verificamos que os livros não seriam listados nos registros de compras da escola. O que descobrimos de interessante é a recuperação das nomeações para as disciplinas da escola nas *Ordens do Dia*. Também percebemos como a investigação sistemática das Revistas criadas na escola no início do século XX pode trazer à luz informação sobre a cultura escolar vigente. Esgotado o trabalho de campo na escola, a investida a outro acervo militar, a Biblioteca do Exército, permitiu chegar-se a uma lista mais completa de professores do CMRJ até 1950. A pesquisa por cruzamento de informações continua: agora sabemos a quem procurar e por eles poderemos chegar aos materiais didáticos pela pesquisa de referências cruzadas. O trabalho em acervos sempre se ramifica em artérias para novas frentes.

A principal conclusão a que chegamos sobre a reconstrução não só do *corpus* metalinguístico das gramáticas escolares, mas de todos os elementos da história da educação do CMRJ é que ela será mais bem conduzida pela execução de projeto de entrevistas com base na metodologia da História Oral,<sup>16</sup> linha de pesquisa que considera o depoimento oral uma fonte primária para a Historiografia. É talvez por ela que também se possa buscar gramáticas em acervos privados de ex-alunos. A partir da memória de ex-alunos e filhos de ex-alunos será possível reunir informações outras a serem cruzadas com aquelas advindas dos registros escritos.

É um trabalho que talvez traga surpresas às nossas hipóteses iniciais para os materiais do Colégio Militar muito provavelmente compostos conforme encaminhamento pedagógico alinhado aos diferentes propósitos para os egressos. É o que aponta Costa Cunha (2011):

Podemos entender a educação secundária nesse momento como um fator de diferenciação social, na medida em que a formação dos jovens, pertencentes a grupos sociais restritos, quer seja das classes dominantes, quer seja das incipientes camadas médias urbanas, fundamentava-se em saberes desarticulados da vida profissional, capacitando os filhos de uma classe, distinta econômica e culturalmente, a prosseguir nos cursos superiores. A nosso ver, à exceção do Colégio Militar, cuja finalidade era, inequivocamente, preparatória e profissionalizante, pois, em vez de conferir títulos de “bacharéis em ciências e letras” como o Gymnasio Nacional, diplomava agrimensores (COSTA E CUNHA, 2011, p. 9).

São índices trazidos à luz por pesquisas ainda bem incipientes. Em recente apresentação

---

16 THOMPSON (2002); MEIHY (2005).

oral em jornada de iniciação científica da UFRJ, Nascimento (2018) comentava que “Apesar de existir grande cobrança no ensino da gramática, os alunos não fizeram menção sobre um ensino da língua onde se decorava um conjunto de regras.” E, mais, afirma o pesquisador que “Surpreende a resposta do entrevistado mais recuado temporalmente diante da pergunta *O senhor lembra como eram dadas as aulas de Português?*” Um ex-aluno do CMRJ da década de 40 do século XX, hoje octogenário, afirma:

“— Português? Era literatura. Era literatura firme. Era literatura e gramática. Muita gramática e muita literatura. O pessoal quase sabia os poemas de cor e salteado. Juca Pirama... Juca Pirama e Gonçalves Dias era de cabo a rabo analisado. Analisado gramaticalmente (W.M.)” (NASCIMENTO, 2018).

E mais:

“— Gramática era analisando. Analisando o texto do autor e... Falava sobre e... Tocava na gramática, na concordância.” (W.M.). Outra surpresa foi a afirmação de que não existia decoreba. “— Não, não tinha decoreba. Não adiantava decorar (W.M.)” (NASCIMENTO, 2018).

Como se percebe pelos trabalhos iniciais complementares com História Oral, há muito que ser levantado e analisado para além de obras e peças históricas de acervos privados dos entrevistados.

A constituição um *corpus* de gramáticas a partir das obras aqui sistematizadas a ficar disponível para consulta na rede mundial de computadores ainda depende de acordo com as Instituições sob cuja guarda estão as obras aqui catalogadas. No entanto, já estão em curso reprodução fotográfica das obras na Faculdade de Letras da UFRJ, em acervos privados, para distribuição por *e-mail* ou por intermédio do Facebook. Esse *corpus* reunirá, também, as gramáticas do Colégio Militar, no mesmo período, quando forem identificadas.

No âmbito de nossa pesquisa de campo e bibliográfica sobre as obras gramaticais nessa escola, conseguimos identificar todos os professores do CMRJ até a década de 50 do século XX. Dentre todos os nomes de professores de todas as disciplinas da fundação da escola até 1950, encontram-se alguns já identificados como de língua portuguesa, mas nem sempre há qualquer referência da disciplina ministrada. Vejamos alguns verificados nos Boletins Internos manuscritos do CMRJ:

Nelson de Vasconcelos Almeida – Professor de Português (2º Tenente da Armada)

José Ferreira da Paixão – Professor de Francês e Português

Felizberto José de Menezes – Professor de Português

Hemetério José dos Santos – Professor Adjunto de Desenho, Francês e Português

Marcolino Caetano Leão (de abril a agosto de 1889, quando fica doente)

Dr. Luiz Carlos Duque Estrada (apenas enquanto substitui Marcollino Caetano Leão)

Pelo levantamento bibliográfico na Biblioteca do Colégio Militar (*Revista Didática e Revista V*), identificamos alguns nomes presentes no *Anexo XXXIV* do livro *Breve Introdução à História dos Colégios Militares no Brasil*<sup>17</sup>, entre os quais podemos indicar

Maximino Maciel

Mario Barreto (a partir de 1901)

Alexandre Carlos Barreto

Esse último irmão de Fausto Barreto. Alexandre Carlos Barreto, em 1890, foi nomeado professor de português da escola militar do Ceará, mas, em 1891, veio para o CMRJ. Outros nomes de reconhecidos até hoje na área de Letras constam da lista, mas o fato de a maioria ser desconhecida sugere que o reconhecimento público dos professores e suas produções de material didático-gramatical ficara restrito ao universo acadêmico-militar. Dentre os nomes, reconhecemos ícones como:

Laudelino de Oliveira Freira

Manoel Cavalcanti Proença

## Palavras Finais

O trabalho com fontes para um tratamento como *corpora* metalinguísticos se encerra já em articulação com suas consequências acadêmicas imediatas e de médio prazo. Nesse artigo, foram apresentados critérios de composição e etapas metodológicas para a construção de *corpora* metalinguísticos, o que viabiliza o confronto das normas prescritivas escolares com as normas de uso nos variados conjuntos de textos de sincronias passadas. Assim sendo, as pesquisas sobre normas de uso em *corpora* de textos impressos e manuscritos do *Projeto PHPB* poderão cruzar essa norma praticada com a normatização predicada nas gramáticas, tendo melhor noção de, do quadro geral, que usos seriam mais representativos do processo de letramento escolar na assunção de modelos e de que outros seriam mais próximos de um reflexo de normas

<sup>17</sup> De autoria do Ten. Cel. Prof. A. J. de Figueiredo e do Major Prof. Arivaldo Silveira Fontes, publicado em 1958, no Rio de Janeiro. Consta, ao final, que foi “Impresso no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias”. 3000 exemplares. Livro raro encontrado na Biblioteca do Exército.

vernáculos transpostas para a escrita.

Também se alude à discussão sobre o papel instrumentalizador do ensino gramatical no período estudado, bem como se levanta a questão da redução didática consciente e programática levada a cabo pelos gramáticos escolares do Colégio Pedro II. A organização, aqui, de listas não só de professores e das gramáticas programadas para uso no CPII, mais também da de professores do CMRJ possibilita aos pesquisadores buscar, em arquivos e biblioteca a que tenham acesso, informações mais precisas sobre atores e roteiros de dois universos escolares de um tempo que já passou. Um controle sócio-histórico qualitativo dos dados que vierem de cada uma dessas escolas. Vale destacar que a possibilidade de acesso aumenta com a disponibilização virtual do catálogo-localizador das obras dessa lista em acervos do Rio de Janeiro, aonde se pode ir e consultar esses materiais diretamente.<sup>18</sup> Novas etapas de levantamento e análise de *corpora* metalinguísticos se seguirão para tornar viável o contraste com *corpus* referencial de gramáticas do CPII. Tudo isso, no tempo caprichoso dos arquivos.

## Bibliografia

BARBOSA, A. G. Normas Cultas e Normas Vernáculos: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, A.; MORAIS, M.A.T.; LOPES, R.E.V.;

CYRINO, S.M.L. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. v. 1. Campinas, SP: Pontes, FAPESP, 2007. p.483-498.

\_\_\_\_\_. Novos *corpora* para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX. Veröff entlichungsreihe des Studien ber eiches *Neue Romania* des Instituts für Romanische Philologie der FU. Berlin, v. 39, p. 197-218, 2009.

\_\_\_\_\_. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. (orgs.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p.31-54.

BRUMME, J. (ed.). *La historia de los lenguajes iberorrománicos de especialidad: la divulgación de la ciência Actas del II Coloqui Internacional (27-29 de mayo de 1999)*. Barcelona; Madrid: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, Vervuert-Iberoamericana, 2001.

CALLOU, D.M.I.; BARBOSA, A.G. (orgs.). *A norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

CARDOSO, S.R.P. História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico: um instrumento republicano para a construção do imaginário social gaúcho. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, v. III, Pelotas, RS, Editora da UFPEL, 2006.

---

18 Disponibilizados em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>; ou buscar na rede mundial de computadores por CORPORA PHPB.

COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COSTA E CUNHA, B.R. da. Ensino secundário no início da República: um programa para o Colégio Militar. UDESC. Portal de Periódicos, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/download/2333/1770>. Acesso em 20 dez. de 2015.

GONÇALVES, M.F. *Os Programas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o ensino secundário*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2007.

LIMA, A.X. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras da UFRJ, Tese de Doutorado, 2014.

MACIEL, M. de A. *Grammatica Descriptiva*. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1914.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NASCIMENTO, D.R. do. História oral e o ensino de língua portuguesa: Norma e Normatização no Collégio Militar do Rio de Janeiro em meados do século XX. Trabalho oral durante a 40ª Jornada de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC) – 9ª Semana Integração Acadêmica de UFRJ – 15 a 19 de outubro de 2018. Apresentado no dia 17/10/2018, Faculdade de Letras, auditório E1, trabalho código 2109. *Personal Communication*.

RAZZINI, M. de P.G. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 4, jan./jun., p. 43-58, 2010.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VECHIA, A.; LORENZ, K.M. (orgs.). *Programa de Ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

XAVIER, W.L.V. De *O Meu Idioma à Chave da Língua: a peregrinação histórico-gramatical de Othoniel Motta*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Tese de Doutorado, 2012.

**Sobre Dinah Callou** — Afrânio Gonçalves Barbosa<sup>19</sup>

**Sobre Dinah Callou** — José Carlos Santos de Azeredo<sup>20</sup>

19 Aluno da Professora Dinah Callou nas disciplinas de Graduação Port. III (Fonética e Fonologia), em 1985; Port. VI (Sintaxe das orações), em 1986; e Port. VIII (Ensino de Língua Portuguesa), em 1987. Orientando de Mestrado (1993). Orientando de Doutorado (1999). Parceria em capítulos e organização de livros, artigos e cursos de Pós-Graduação. Até hoje necessitando de orientação acadêmica e de vida.

20 Graduado e Doutor em Letras pela Faculdade de Letras da UFRJ, onde, também como docente ao longo de 26 anos, desfrutou do convívio acadêmico com a homenageada, Profa. Dra. Dinah Callou.